

MOÇÃO CONTRA A LIBERAÇÃO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR E EM DEFESA DO INVESTIMENTO NAS ESCOLAS PÚBLICA

A Conferência Nacional de Educação - CONAE 2024 considera que a possível autorização e regulamentação da educação domiciliar (*homeschooling*) é fator de EXTREMO RISCO e constitui mais um ataque ao direito à educação como uma das garantias fundamentais da pessoa humana. Tal regulamentação pode aprofundar ainda mais a instrumentalização da educação para os objetivos da extrema direita, estimular a desescolarização e multiplicar os casos de violência e desproteção aos quais estão submetidos milhões de crianças e adolescentes.

A defesa do ensino regular e presencial nas escolas se pauta em premissas que derivam de princípios constitucionais e de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A formação educacional precisa assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Além disso, a escola é condição de acesso a vários direitos fundamentais e também o local do coletivo, de oportunidades igualitárias para novas aprendizagens, de interação e respeito às diversidades. A permissão para que pais impeçam seus(as) filhos(as) de estudar com profissionais da educação alimenta a criação de setores fundamentalistas e extremistas dentro da sociedade brasileira.

A educação domiciliar:

- Dificulta a identificação e encaminhamento de casos de violência doméstica e sexual e de trabalho infantil. Cerca de 70% dos autores de agressões contra crianças e adolescentes são integrantes da família.
- Inviabiliza o diagnóstico e enfrentamento da evasão escolar.
- Contribui para a desvalorização dos profissionais da educação, tratando-os como desnecessários aos processos de ensino-aprendizagem, alimentando o negacionismo científico.
- Rompe com a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a aprovação da educação domiciliar pode favorecer que crianças com deficiência sejam retiradas da escola e, com isso, do convívio social, ou, ainda, legitimar que instituições recusem a matrícula desses estudantes.
- Possibilita o isolamento no ambiente doméstico de crianças, adolescentes e jovens mulheres e LGBTQIA+.

Por fim, cabe ressaltar que a educação domiciliar não pode ser encarada como economia aos cofres públicos. Sua regulamentação demanda uma estrutura de avaliação e de fiscalização de ambientes domésticos, com difícil capilaridade e alto custo para o Estado.

Por isso, de forma contundente, nos manifestamos extremamente contrários a qualquer tentativa de liberação e regulamentação da educação domiciliar no país pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Cerca de [150](#) posicionamentos públicos de diversos interlocutores do campo educacional foram apresentados ao Congresso Nacional nos últimos anos. Neste momento, estamos sintonizados com um uníssono NÃO à regulamentação da educação domiciliar no país.